



Universidade Estadual da Paraíba

NÍVEL SUPERIOR

CARGO:

Advogado

EXAME GRAFOTÉCNICO:

(Transcreva a frase abaixo no local indicado na sua Folha de Respostas)

«Imagine uma nova história para sua vida e acredite nela.»

INSTRUÇÕES:

- 01** Verifique se este caderno de provas contém **40 (quarenta)** questões de múltipla escolha, sendo: Português de **01 a 15**, Bases Legais do Ensino Superior/UEPB de **16 a 20**, Direito Administrativo, Constitucional e Legislação Aplicável aos Grupos Vulneráveis de **21 a 30** e Conhecimentos Específicos de **31 a 40**.
- 02** Observe se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Caso existam, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
- 03** Verifique se os dados existentes na Folha de Respostas conferem com os dados do Cartão de Inscrição e da etiqueta afixada na sua carteira.
- 04** Esta Prova tem duração de **4 (quatro)** horas. Não é permitida a saída do candidato antes de esgotado o tempo mínimo de **2 (duas)** horas.
- 05** É vetado, durante a prova, o intercâmbio ou empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos, bem como o uso de celulares, calculadoras e/ou qualquer outro tipo de equipamento eletrônico. A fraude, ou tentativa, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
- 06** **Assine**, ao sair da sala, a **Lista de Presença** e entregue o seu Caderno de Prova e a Folha de Respostas, devidamente assinados, ao Fiscal de Sala. O Candidato poderá destacar o gabarito rascunho da última folha da prova e levá-lo para sua conferência.

PORTUGUÊS

Leia os textos I e II para a seguir responder as questões de 01 a 04.

Texto I

Eu, etiqueta

Em minha calça está grudado um nome
Que não é meu de batismo ou de cartório
Um nome... estranho
Meu blusão traz lembrete de bebida
Que jamais pus na boca, nessa vida,
Em minha camiseta, a marca de cigarro
Que não fumo, até hoje não fumei.
Minhas meias falam de produtos
Que nunca experimentei
Mas são comunicados a meus pés.
Meu tênis é proclama colorido
De alguma coisa não provada
Por este provador de longa idade.
Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro,
Minha gravata e cinto e escova e pente,
Meu copo, minha xícara,
Minha toalha de banho e sabonete,
Meu isso, meu aquilo.
Desde a cabeça ao bico dos sapatos,
São mensagens,
Letras falantes,
Gritos visuais,
Ordens de uso, abuso, reincidências.
Costume, hábito, premência,
Indispensabilidade,
E fazem de mim homem-anúncio itinerante,
Escravo da matéria anunciada.
Estou, estou na moda.
É duro andar na moda, ainda que a moda
Seja negar minha identidade,
Trocá-lo por mil, açambarcando
Todas as marcas registradas,
Todos os logotipos do mercado.
Com que inocência demito-me de ser
Eu que antes era e me sabia
Tão diverso de outros, tão mim mesmo,
Ser pensante sentinte e solitário
Com outros seres diversos e conscientes
De sua humana, invencível condição.
Agora sou anúncio
Ora vulgar ora bizarro.

Em língua nacional ou em qualquer língua
(Qualquer, principalmente.)
E nisto me comprazo, tiro glória
De minha anulação.
Não sou – vê lá – anúncio contratado.
Eu é que mimosamente pago
Para anunciar, para vender
Em bares festas praias pérgulas piscinas,
E bem à vista exibo esta etiqueta
Global no corpo que desiste
De ser veste e sandália de uma essência
Tão viva, independente,
Que moda ou suborno algum a compromete.
Onde terei jogado fora
meu gosto e capacidade de escolher,
Minhas idiossincrasias tão pessoais,
Tão minhas que no rosto se espelhavam
E cada gesto, cada olhar,
Cada vinco da roupa
Sou gravado de forma universal,
Saio da estamparia, não de casa,
Da vitrine me tiram, recolocam,
Objeto pulsante mas objeto
Que se oferece como signo de outros
Objetos estáticos, tarifados.
Por me ostentar assim, tão orgulhoso
De ser não eu, mas artigo industrial,
Peço que meu nome retifiquem.
Já não me convém o título de homem.
Meu nome novo é Coisa.
Eu sou a Coisa, coisamente.

(Carlos Drummond de Andrade)

Texto II



Disponível em: ><https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=638&tbn=isch&sa=1&q=propagandas+do+corpo&oq=propagandas+do+corpo&gs<>. Data da consulta: 10/09/2017.

01ª QUESTÃO

Julgue o que se afirma abaixo acerca dos textos I e II e, em seguida, responda ao que se pede.

- I- Ambos os textos, a partir de diferentes estratégias de manipulação midiática, de uma forma ou de outra, tratam da mesma temática: o forte e agressivo apelo ao consumo exacerbado promovido pelos diversos suportes midiáticos, que coisificam o ser humano – inclusive o seu corpo – e o transformam em mercadoria e objeto de exposição do consumo.
- II- Além de constituírem diferentes gêneros textuais – portanto, de estruturas distintas – os textos I e II também apresentam diferentes propostas temáticas: enquanto o primeiro reflete acerca do processo de coisificação a que o ser humano vem sendo historicamente submetido por vias da imposição midiática, que induz ao consumo exacerbado e predador, o segundo se limita a infantilizar o apelo publicitário, no momento em que, de forma ingênua e bem humorada, se utiliza do corpo dos bebês para expressão explícita do consumo.
- III- O texto I traz como proposta um processo de escravização do ser humano, promovido pela mídia, que o induz a se transformar em objeto e coisa do consumo, este tido como senhor da contemporaneidade; já o texto II, trata do processo de encantamento e magia autônomos e livres a que a criança é submetida desde os primeiros dias de vida pelos encantos midiáticos impulsionadores do consumismo responsável e adequado a essa fase etária.
- IV- Uma das grandes denúncias explicitadas no texto I se refere à perda da identidade humana a partir da força dos apelos consumistas: a perda da capacidade de escolha livre e independente é uma delas.
- V- A “estamparia ambulante” na qual a criança se transforma (texto II), aliada ao fato de, na cena, estar sendo sustentada por mãos adultas, podem sugerir um processo de manipulação estrategicamente posto e comandado, não só pela indústria do consumo, mas também com o aval da própria família.

É VERDADEIRO o que se afirma apenas em:

- a) I e V.
- b) I, II e V.
- c) II, III e IV.
- d) I, IV e V.
- e) II, III, IV e V.

02ª QUESTÃO

A partir, ainda, da reflexão proposta nos textos I e II, pode-se deduzir que

- a) no texto II, o sorriso da criança, quando contraposto a todos os elementos de denúncia veiculados na imagem – que sugerem envolver, desde um aparato midiático calculado estrategicamente pelas grandes etiquetas de consumo, a exemplo da manipulação de crianças a consumir desde a sua mais tenra idade até a fase adulta, transformando-a, muitas vezes sob a tutela e concordância da família, em objeto material de consumo – sugere revolta e ironia.
- b) não se pode conceber nenhuma relação semântico-discursiva entre o título do texto I (Eu, etiqueta) e a imagem da criança, veiculada no texto II.
- c) o eu poético, no texto I, parece assumir, através da ambiguidade, uma ironia em relação a sua atitude de se entregar aos apelos consumistas: ao mesmo tempo em que reconhece que se ‘coisificou’ – no momento em que perdeu a capacidade de escolher e decidir por ele mesmo; de ser ele, individualizado, ter sua própria essência, pessoa e não máquina de consumo – também admite que assim agiu por deliberação própria e autônoma, como por exemplo, através dos versos a seguir: “Não sou – vê lá – anúncio contratado./Eu é que mimosamente pago/ Para anunciar, para vender/Em bares festas praias pégulas piscinas.”
- d) dentre as muitas estratégias de constituição e reconhecimento de seu processo de “coisificação” a que fora submetido o eu poético, no texto I, pelas vias do consumo exacerbado, com a consequente perda da sua identidade de ser humano, com certeza a memória não está presente, já que não há pistas no texto poético de paradigmas temporais comparativos justificadores da memória.
- e) as pistas sugeridas no texto I ratificam que, embora reconhecendo a sua nova identidade (Coisa), o eu-poético mantém traços fortes de sua antiga identidade, homem.

03ª QUESTÃO

Atente aos vocábulos em destaque nos versos a seguir, extraídos do texto I, e responda ao que se pede:

“Meu nome novo é Coisa. / Eu sou a Coisa, coisamente.”

Com base nas pistas semântico-discursivas propostas no texto, e fazendo-se as devidas adaptações morfossintáticas, as palavras que, na sequência, melhor podem substituir as sublinhadas são:

- a) Luz... – a luz... – luzentemente.
- b) Venda... – a venda... – vendamente.
- c) Realidade... – a realidade... – realmente.
- d) Objeto... – o objeto... – objetivamente.
- e) Vendido... – o vendido... – vendamente.

04ª QUESTÃO

Entre os textos I e II existe uma proximidade semântica. Observe os versos abaixo extraídos do texto I, e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta os versos que melhor ilustram as pistas temáticas propostas quando comparadas às do texto II.

- a) “Sou gravado de forma universal/ Saio da estamperia, não de casa”.
- b) “Agora sou anúncio/ Ora vulgar ora bizarro. / Em língua nacional ou em qualquer língua”.
- c) “Minhas meias falam de produtos/ Que nunca experimentei”.
- d) “Desde a cabeça ao bico dos sapatos/ São mensagens”.
- e) “Meu tênis é proclama colorido/ De alguma coisa não provada”.

Um texto bem construído e, naturalmente, bem interpretado, vai apresentar aquilo que Beaugrande, Dressler (1996) e Costa Val (2002) chamam de textualidade, isto é, o conjunto de características que fazem com que um texto seja assim chamado e não uma sequência de frases quaisquer.

Atente para os dois textos a seguir e responda ao que se pede:

Texto III



Disponível em: ><http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/11/>.<. Data da consulta: 18/08/2017.

Texto IV

As Caravanas (Chico Buarque)

É um dia de real grandeza, tudo azul
Um mar turquesa à la Istambul enchendo os olhos
Um sol de torrar os miolos
Quando pinta em Copacabana
A caravana do Arará, do Caxangá, da Chatuba
A caravana do Irajá, o comboio da Penha
Não há barreira que retenha esses estranhos
Suburbanos tipo muçulmanos do Jacarezinho
A caminho do Jardim de Alá
É o bicho, é o buchicho, é a charanga

Diz que malocam seus facões e adagas
Em sungas estufadas e calções disformes
É, diz que eles têm picas enormes
E seus sacos são granadas
Lá das quebradas da Maré

Com negros torsos nus deixam em polvorosa
A gente ordeira e virtuosa que apela
Pra polícia despachar de volta
O populacho pra favela
Ou pra Benguela, ou pra Guiné

Sol, a culpa deve ser do sol
Que bate na moleira, o sol
Que estoura as veias, o suor
Que embaça os olhos e a razão

E essa zoeira dentro da prisão
Crioulos empilhados no porão
De caravelas no alto mar

Tem que bater, tem que matar, engrossa a gritaria
Filha do medo, a raiva é mãe da covardia
Ou doido sou eu que escuto vozes
Não há gente tão insana
Nem caravana do Arará
Não há, não há

Sol, a culpa deve ser do sol
Que bate na moleira, o sol
Que estoura as veias, o suor
Que embaça os olhos e a razão

E essa zoeira dentro da prisão
Crioulos empilhados no porão
De caravelas no alto mar
Tem que bater, tem que matar, engrossa a gritaria
Filha do medo, a raiva é mãe da covardia
Ou doido sou eu que escuto vozes
Não há gente tão insana
Nem caravana
Nem caravana
Nem caravana do Arará

05ª QUESTÃO

A partir dos textos III e IV, julgue cada uma das afirmações feitas a seguir à luz dos elementos de textualidade presentes em cada uma delas e em seguida responda ao que se pede.

- I- No texto III o jogo semântico-discursivo, que envolve elementos sócio-históricos interrelacionados com os processos de colonização do Brasil podem ser inferidos, por exemplo, a partir do cruzamento do campo semântico das expressões RICO e AZEITE (referências a Portugal, local de grande produção de azeites no mundo e país colonizador do Brasil) com ESCURO e SEGURANÇA (alusão implícita ao processo de escravatura, comandado por este país, bem como ao fato de grande parte dos negros e afrodescendentes brasileiros, ainda hoje, estarem relegados a profissões que não transcendem a de segurança particular). Não obstante esse jogo semântico-discursivo marcado por pistas que denunciam tal relação, não se percebe, ainda, elementos textuais suficientes justificadores de coerência para afirmar que se trate efetivamente de um texto.
- II- No texto IV, a polissemia da palavra “caravana” remete a um campo semântico vasto, complexo e marcado por um amálgama de elementos intertextuais, sócio-históricos, políticos e até geográficos que reatualizam o terror dos navios negreiros que transportavam escravos. A caravana contemporânea, agora, encabeçada pela elite carioca, é denunciada por via de um novo componente: o preconceito social, no caso em tela, da zona sul, contra os crioulos pobres e egressos das favelas, ‘escravos livres’ e cativos da opressão endêmica a que os pobres vêm sendo submetidos historicamente, fruto de um processo de ódio, raiva e covardia, segundo a denúncia veiculada, encabeçada por essa elite branca. Tais elementos são mais que justificadores para comprovar elevados graus de informatividade e coerência no poema, fatores de textualidade patentes e incontestáveis.
- III- As caravanas e comboios denunciados no texto e advindos das mais longínquas periferias da cidade não são mais que ararás (espécie de cupim) devoradores, devastadores; de picas enormes e sacos explosivos comem tudo e de tudo. Por essa razão precisam ser expulsos da areia branca do Jardim de Alá e, de preferência, dizimados. Entretanto, expressões como “zoeira”, “quebradas”, “picas”, “É o bicho, é o buchicho”, “populacho” e “malocam” são construções que quebram coesivamente a harmonia do texto, tornando-o cada vez mais incoerente.
- IV- Nos versos “Sol, a culpa deve ser do sol/ Que bate na moleira, o sol/ Que estoura as veias, o suor/ Que embaça os olhos e a razão” (texto IV), os itens em destaque, ao retomarem coesivamente a palavra “sol”, exemplificam, na superfície textual, através do jogo de referencialidades, um importante fator de textualidade denominada coesão textual, fundamental para dar a unidade formal ao texto.
- V- Ainda no texto IV, pode-se afirmar que não há inferências a maiores riquezas polissêmicas, nem tampouco intencionalmente provocadoras e que minimamente conduzam a graus de informatividade mais expressivos. Nos versos “Suburbanos tipo muçulmanos do Jacarezinho/ A caminho do Jardim de Alá”, não há, do ponto de vista de coerência de mundo, sobretudo na contemporaneidade, qualquer relação semântica entre “suburbanos”, “muçulmanos” e “Jardim de Alá”.

É CORRETO o que se afirma em

- a) I e V.
- b) I, II e V.
- c) II, III e IV.
- d) II e IV.
- e) I, II, III e V.

06ª QUESTÃO

Segundo Marcuschi (2001), “Usamos a expressão tipo textual para designar uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.” Com base nesta compreensão, preencha os parênteses com a seguinte convenção: (TT) para Tipo textual e (GT) para Gênero textual.

- () Carta-denúncia
- () Argumentação
- () Ofício
- () Narração-descrição
- () Propaganda
- () Conferência
- () Injunção

A sequência CORRETA é

- a) GT – GT – GT – GT – GT – TT – TT.
- b) TT – TT – GT – TT – TT – GT – GT.
- c) GT – TT – GT – TT – GT – GT – TT.
- d) TT – TT – TT – TT – GT – GT – TT.
- e) GT – TT – TT – TT – GT – TT – TT.

Atente às duas charges abaixo e responda ao que se pede:

Imagem I



Disponível em: > https://latuffcartoons.wordpress.com/2012/12/13/charge-curando-gays-cc-jeanwyllys_real/<. Data da consulta: 26/09/2017.

Imagem II



Disponível em: > <https://www.google.com.br/search?q=charge+sobre+erros+de+portugues&tbn=isch&tbs=rimg><. Data da consulta: 26/09/2017.

07ª QUESTÃO

Com base nas ideias propostas nas imagens acima, julgue cada uma das sentenças abaixo:

- I- O sujeito sintático de “CURA ESSE GAY AGORA!”, conforme as exigências da norma padrão, está implícito e é “VOCÊ” referenciando, no contexto, “JESUS”.
- II- É latente o caráter metafórico na expressão “Que gatinho!” (imagem I) e polissêmico nas expressões “dinheiro limpinho” e “laranja” (imagem II), legitimando, na imagem II, um importante fator de textualidade chamado intertextualidade.
- III- As expressões “como” e “tão” (Imagem I) induzem a, respectivamente, circunstâncias causal e temporal.
- IV- A função da linguagem predominante na imagem II é a metalinguística.
- V- O sufixo “inho” na expressão “gatinho” (imagem I) propõe, no contexto, uma carga semântica onde o afeto é minimizado em relação à pequenez física do interlocutor.

É CORRETO o que se afirma em

- a) II, III e V.
- b) I, II e III.
- c) I, IV e V.
- d) II, apenas.
- e) I, II, IV e V.

Como um eficaz mecanismo linguístico de elucidação e/ou esclarecimento de eventuais ambiguidades no uso cotidiano da língua, a crase, enquanto construção que faz parte do universo da regência verbal ou nominal, exerce grande importância na comunicação verbal da nossa língua, como elemento de coerência, embora que, em algumas situações sociocomunicativas, a sua presença não necessariamente compromete a eficácia plena do gênero. Nesse sentido, julgue a cena enunciativa abaixo e responda o que se pede:

Comentário:

Em uma bronca, em vídeo, na equipe que cuida de suas redes sociais, Caetano Veloso deu uma aula de como usar a contração de preposição e artigo. Tudo porque, em sua página no Facebook, um acento grave foi publicado fora do lugar na expressão “homenagem à Bituca [apelido de Milton Nascimento] (sic)”. O erro irritou o cantor. “O ‘a’ é apenas a preposição nesse caso. Bituca não é uma mulher, nem um nome em que você pode usar o artigo feminino antes”, explicou. A composição correta seria “homenagem a Bituca”. “Um erro chato, que eu não gosto. Um erro que eu acho idiota. Até os linguistas estimulam, dizendo que não se deve ligar para a crase. Nada disso! Tem que saber português e saber trabalhar bem a língua no Brasil.”

(Disponível em: > <http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/gente/caetano-veloso-da-bronca-e-ensina-como-usar-a-crase-762flvs9zjcabxfoibdst7a7e><. Data da consulta: 26/09/2017.

Cena I



Disponível em: >

[**Cena II**](https://www.google.com.br/search?q=erros+de+crase&tbm=isch&imgil=BHDiLCgCiUNGHM%253A%253B02f_k0SA4CaJUM%253Bhttp%25253A%25252F%25252Fg1.globo.com%2525:<. Data da consulta: 26/09/2017.</p>
</div>
<div data-bbox=)



Disponível em: >

[**08ª QUESTÃO**](https://www.google.com.br/search?q=erros+de+crase&tbm=isch&imgil=BHDiLCgCiUNGHM%253A%253B02f_k0SA4CaJUM%253Bhttp%25253A%25252F%25252Fg1.globo.com%2525:<. Data da consulta: 26/09/2017.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Em se tratando de relação entre os termos que estabelecem a regência verbal no enunciado, julgue cada uma das afirmativas abaixo:

- I- Em ambas as placas, não obstante o fato de haver transgressões formais no uso (ou omissão) do acento marcador da crase, na Cena I, o efeito final de sentido no uso indevido do acento marcador de crase é irrelevante para esta situação comunicativa.
- II- Da forma como construído, isto é, com a omissão do acento marcador de crase, o enunciado da Cena I revela-se de caráter unissêmico e não se permite mais que uma interpretação semântica.
- III- Os enunciados presentes em ambas as placas apresentam rigorosamente predicados apenas nominais.
- IV- A expressão “à entidades assistenciais” (Cena I) exerce a função sintática, neste contexto, de complemento nominal de “revertido”.

É VERDADE o que se afirma em:

- a) III e IV.
- b) I e II.
- c) I e IV.
- d) I.
- e) I, II, III.

09ª QUESTÃO

Com relação ao desabafo de Caetano Veloso, na página anterior, acerca da “derrapagem linguística” de sua equipe redatora: “O ‘a’ é apenas a preposição nesse caso. Bituca não é uma mulher, nem um nome em que você pode usar o artigo feminino antes”, julgue cada uma das afirmativas abaixo.

- I- Embora no Sudeste não seja percebido, em usos linguísticos de algumas regiões do Brasil, mais precisamente no Norte, é comum, sim, o uso de artigos, femininos ou masculinos, antecedendo nomes próprios, tais como: O Luiz..., A Luiza, etc. Portanto, na sua admoestação - do ponto de vista do reconhecimento do chamado regionalismo linguístico no Brasil - o nobre poeta Caetano pode ter cometido um preconceito linguístico de natureza regional.
- II- Seguindo a mesma lógica sintática acima de Caetano Veloso, no período “Devo a você a minha vida. O meu desabafo a outros não convém, mas a ti, sim.”, há dois casos de objeto indireto que exigem, necessariamente, acento marcador de crase.
- III- O desabafo de Caetano Veloso é impertinente, improcedente e demonstra certo desconhecimento do poeta acerca do normativismo gramatical.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) apenas em I.
- d) Apenas em II.
- e) Apenas em III.

10ª QUESTÃO

Leia as sentenças a seguir com atenção para a organização sintática:

- I- “O Magnífico Reitor, em face de estar acometido de patologia, não deve estar presente hoje à abertura dos festejos relativos aos 40 anos da instituição.”
- II- “O ofício enviado a Vossa Excelência tem falhas estruturais e de compreensão primárias.”
- III- “Não pode ter havido erros no envio do documento”.
- IV- “Precisa-se de bons analistas para esta função”.
- V- “Anexas ao requerimento solicitado seguem as comprovações.”

Acerca dos enunciados acima, é possível afirmar que

- a) em III e IV, os sujeitos sintáticos são classificados como indeterminados.
- b) em III e IV, os predicados se classificam como nominais.
- c) o sujeito sintático no enunciado V se classifica como simples e é “requerimento”.
- d) em II, o sujeito é classificado como composto.
- e) há apenas um enunciado cujo sujeito sintático se classifica como inexistente.

11ª QUESTÃO

Quem escreve deve trabalhar com o máximo possível de atenção, adotando todos os cuidados necessários à eficácia da boa redação tanto em relação à forma, como em relação à clareza do que se afirma. Neste sentido, atente aos enunciados abaixo:

- I- Os filhos de seu Francisco, que estudaram, tiveram sucesso na vida.
- II- Os filhos de seu Francisco que estudaram tiveram sucesso na vida.
- III- Vi uma foto sua no ônibus.
- IV- O motorista infringiu a lei, ao estacionar em fila dupla, e foi multado. O guarda lhe infringiu uma multa de 270,00 reais.
- V- As questões ligadas à assessoria parlamentar devem ser meticulosamente avaliadas afim de que não se cometam injustiças.
- VI- Desculpem-me, mas não dá para fazer uma cronicazinha divertida hoje. Simplesmente não dá. Não tem como disfarçar: esta é uma típica manhã de segunda-feira. A começar pela luz acesa da sala que esqueci ontem à noite. Seis recados para serem respondidos na secretária eletrônica. Recados chatos. Contas para pagar que venceram ontem. Estou nervoso. Estou zangado. (CARNEIRO, J. E. Veja, 11 set. 2002) (fragmento).

Com base nas sentenças acima assinale a alternativa que julgar VERDADEIRA:

- a) Em IV e V, embora tenhamos equívocos na escolha e no uso de algumas palavras, este fato em nada compromete a intencionalidade, a clareza e, com efeito, a eficácia do que se pretende comunicar conforme os sentidos propostos autorizados nos enunciados.
- b) Em I e II, a presença ou ausência do uso das vírgulas não altera substancialmente o efeito final de sentido destes enunciados.
- c) No enunciado III, não se apresenta qualquer registro de ambiguidade que comprometa a sua clareza e eficácia comunicacional.
- d) Em IV e V, temos equívocos na escolha e no uso de algumas palavras, fato responsável por quebrar a intencionalidade, a clareza e, com efeito, a eficácia do que se pretende comunicar, conforme os sentidos propostos autorizados nos enunciados.
- e) Em VI, embora se vislumbrem registros em menor intensidade de outras funções da linguagem, a função que predomina é fática.

Atente ao fragmento abaixo, extraído do romance d' A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta, de Ariano Suassuna, de modo a responder as questões de 12 a 15.

“Folheto I - Pequeno Cantar Acadêmico a Modo de Introdução Daqui de cima, no pavimento superior, pela janela gradeada da Cadeia onde estou preso, vejo os arredores da nossa indomável Vila sertaneja. O Sol treme na vista, reluzindo nas pedras mais próximas. Da terra agreste, espinhenta e pedregosa, batida pelo Sol esbraseado, parece desprender-se um sopro ardente, que tanto pode ser o arquejo de gerações e gerações de Cangaceiros, de rudes Beatos e Profetas, assassinados durante anos e anos entre essas pedras selvagens, como pode ser a respiração dessa Fera estranha, a Terra - esta Onça-Parda em cujo dorso habita a Raça piolhosa dos homens. Pode ser, também, a respiração ferosa dessa outra Fera, a Divindade, Onça-Malhada que é dona da Parda, e que, há milênios, acicata a nossa Raça, puxando-a para o alto, para o Reino e para o Sol. Daqui de cima, porém, o que vejo agora é a tripla face, de Paraíso, Purgatório e Inferno, do Sertão. Para os lados do poente, longe, azulada pela distância, a Serra do Pico, com a enorme e alta pedra que lhe dá nome. Perto, no leito seco do Rio Taperoá, cuja areia é cheia de cristais despedaçados que faíscam ao Sol, grandes Cajueiros, com seus frutos vermelhos e cor de ouro. Para o outro lado, o do nascente, o da estrada de Campina Grande e Estaca-Zero, vejo pedaços esparsos e agrestes de tabuleiro, cobertos de Marmeleiros secos e Xiquexiques. Finalmente, para os lados do norte, vejo pedras, lajedos e serrotes, cercando a nossa Vila e cercados, eles mesmos, por Favelas espinhentas e Urtigas, parecendo enormes Lagartos cinzentos, malhados de negro e ferrugem; Lagartos venenosos, adormecidos, estirados ao Sol e abrigando Cobras, Gaviões e outros bichos ligados à crueldade da Onça do Mundo. Ai, talvez por causa da situação em que me encontro, preso na Cadeia, o Sertão, sob o Sol fagulhante do meio-dia, me aparece, ele todo, como uma enorme Cadeia, dentro da qual, entre muralhas de serras pedregosas que lhe servissem de muro inexpugnável a apertar suas fronteiras, estivéssemos todos nós, aprisionados e acusados, aguardando as decisões da Justiça; sendo que, a qualquer momento, a Onça-Malhada do Divino pode se precipitar sobre nós, para nos sangrar, ungir e consagrar pela destruição. É meio-dia, agora, em nossa Vila de Taperoá. Estamos a 9 de Outubro de 1938. É tempo de seca, e aqui, dentro da Cadeia onde estou preso, o calor começou a ficar insuportável desde as dez horas da manhã. Pedi então ao Cabo Luís Riscão que me deixasse sair lá de baixo, da cela comum, e vir cá para cima, varrer o chão de madeira do pavimento superior, onde funcionava, até o fim do ano passado, a Câmara Municipal”. ”.

(SUASSUNA, Ariano. O Romance d' A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1971).

12ª QUESTÃO

No fragmento acima expressões como “Fera estranha” e “Onça-Parda”; “Onça-Malhada” e “Onça-Mundo” fazem referência, no processo de descrição aos referentes terra, divindade e mundo, constituindo o processo de referência através de sinônimos, um dos muitos recursos utilizados pelo autor. A este processo chamamos de

- a) coesão referencial por pronominalização.
- b) coesão referencial (lexical).
- c) coesão lexical por omissão.
- d) coerência.
- e) coesão referencial por reiteração.

13ª QUESTÃO

O fragmento acima tem base tipológica, majoritariamente,

- a) descritiva.
- b) narrativa.
- c) descritivo-argumentativa.
- d) injuntiva.
- e) expositivo.

14ª QUESTÃO

O sujeito sintático da sentença “A qualquer momento, a Onça-Malhada do Divino pode se precipitar sobre nós” é

- a) “A Onça-Malhada do Divino” e se classifica como simples.
- b) “A qualquer momento” e se classifica como simples.
- c) “Nós” e se classifica como simples.
- d) “A Onça-Malhada” e se classifica como simples.
- e) “Divino” e se classifica como simples.

15ª QUESTÃO

Atente ao fragmento a seguir e responda ao que se pede: “Aí, talvez por causa da situação em que me encontro, preso na Cadeia, o Sertão, sob o Sol fagulhante do meio-dia, me aparece, ele todo, como uma enorme Cadeia, dentro da qual, entre muralhas de serras pedregosas que lhe servissem de muro inexpugnável a apertar suas fronteiras, estivéssemos todos nós, aprisionados e acusados, aguardando as decisões da Justiça”.

Julgue cada uma das afirmações abaixo acerca das partes sublinhadas no fragmento acima:

- I- “Ele todo” é um exemplo de coesão referencial por pronominalização e retoma, anaforicamente, “O Sertão”.
- II- “Da qual” retoma cataforicamente, “Cadeia”.
- III- “Lhe” exemplifica coesão referencial por pronominalização e retoma “Cadeia”.
- IV- “Suas” exemplifica coesão referencial por reiteração e retoma, cataforicamente, “do sertão”.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I e IV.
- b) II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.
- e) I e III.

BASES LEGAIS DO ENSINO SUPERIOR/UEPB

16ª QUESTÃO

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional foi aprovada no Congresso Nacional e sancionada pela presidência da República com o objetivo de disciplinar a educação escolar e o ensino que se desenvolve em instituições próprias.

Analise as afirmações abaixo, de modo a classifica-las como verdadeiras ou falsas.

- () Em seu Título II, Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, a LDB mostra que deve haver respeito à liberdade e apreço à tolerância, igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- () A LDB não possui um único artigo que assegure processos nacionais de avaliação das Instituições de Ensino Superior, pois considerou-se que elas devem ter seus próprios mecanismos de controle, já que a Constituição Federal lhes garante autonomia didático-científica.
- () Sendo a LDB uma lei federal, e lembrando-se do pacto federativo brasileiro, preferiu-se não estabelecer quaisquer incumbências aos Estados (Unidades da Federação) e aos Municípios no tocante ao ensino fundamental e médio entendendo-se, também, que os Estados possuem suas próprias Constituições.
- () Em seu Capítulo IV, a LDB define finalidades do Ensino Superior, dentre as quais podemos destacar: estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente; promoção e divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos; incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica.
- () Conforme a LDB, os recursos destinados à educação se originam, dentre outros, da receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; de transferências constitucionais; da receita do salário-educação e outras contribuições sociais.

A alternativa CORRETA é:

- a) VFVVF.
- b) FFVVF.
- c) VVFVF.
- d) FVVFV.
- e) VFFVV.

17ª QUESTÃO

A Constituição do Estado da Paraíba ressalta, em seu artigo 211, a necessidade de se estabelecer o Plano Estadual de Educação (PEE), com duração plurianual, que articule e desenvolva o ensino em seus diversos níveis. Indique a alternativa que apresenta uma proposição FALSA.

- a) O PEE da Paraíba foi aprovado para, dentre outras coisas, cumprir o que está disposto no artigo 214 da Constituição Federal e na Lei nº 9.394, de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- b) Algumas das diretrizes do PEE paraibano são: promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto; valorização dos profissionais de educação.
- c) Por reconhecer as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas, quilombolas e ciganas, o PEE assegura a garantia da equidade educacional, vislumbrando um sistema inclusivo em todos os seus níveis.
- d) Considerando que União, Estados e Municípios são responsáveis pela organização do ensino, como se vê na LDB, o PEE estabelece que a execução e o cumprimento das metas e estratégias, competentes aos Municípios, devem ser objeto de monitoramento contínuo e avaliação periódica.
- e) Embora o PEE defina que tanto a execução como o cumprimento de suas metas e estratégias devam ser alvo de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas a cada dois anos, não determina quais instituições e instâncias públicas conduzirão tal processo.

18ª QUESTÃO

Uma nova versão, recentemente publicada, do Estatuto da Universidade Estadual da Paraíba, contempla alterações feitas ao longo do tempo e está disponível para consulta e utilização de caráter normativo. Analise as asserções abaixo relacionadas e assinale a alternativa em que a afirmação NÃO corresponde ao que diz o Estatuto.

- a) O corpo técnico-administrativo da UEPB é formado pelos servidores das chamadas atividades-meios e é subordinado a um regime jurídico único, com um plano de cargos e carreiras, sendo lotado nos Centros e órgão da administração superior e setorial.
- b) É responsabilidade da Universidade promover programas de treinamento e aperfeiçoamento para uma melhor qualificação funcional de seu corpo técnico-administrativo. Esses programas devem ter atividades permanentes e sistemáticas.
- c) A UEPB possui unidades de ensino médio profissionalizante, subordinadas administrativamente aos centros onde se encontram inseridas, que cumprem função complementar na estrutura da Universidade com o desenvolvimento de ensino profissionalizante.
- d) O Estatuto da UEPB define que nenhum servidor poderá ser titular de mais de um colegiado ou lotado em mais de um Departamento; proíbe a acumulação de cargos comissionados; e determina que cargos e funções comissionados serão exercidos em tempo integral.
- e) Apenas o corpo docente da UEPB escolhe, por consulta a comunidade acadêmica, seus representantes para os Órgãos de Deliberação e Administração Superior. O corpo discente e o técnico-administrativo enviam seus representantes por meio de indicação classista.

19ª QUESTÃO

Os estudos realizados pela comissão responsável pela elaboração da reforma administrativa deixam em evidência que, na atualidade, a UEPB é estruturada em unidades com múltiplos departamentos e diversos cursos o que, na prática, contribui para uma maior complexidade na gestão e no cotidiano acadêmico. É, pois, de grande urgência pensar e debater uma reestruturação que torne a gestão mais ágil e, em dada circunstância estrutural, em maior sintonia com as emergências da contemporaneidade. Assim, a reestruturação da Administração Superior prevê

- a) a redução do número de Pró-reitorias, sem que isso implique em redução das políticas institucionais em curso.
- b) a redução do número de técnicos-administrativos em função da diminuição de cursos de graduação.
- c) o aumento do número de departamentos e centros.
- d) a mudança de nome da Universidade para faculdades isoladas.
- e) o aumento do número de Departamentos em função do crescimento das matrículas e da criação dos novos cursos.

20ª QUESTÃO

O Plano Estadual de Educação da Paraíba julga muito importante elevar a Taxa Bruta de matrícula na educação superior para 50% e a Taxa Líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. Para cumprimento desta meta, considera, dentre as estratégias elencadas abaixo, apenas uma como CORRETA:

- a) Otimizar, em cooperação com a União, a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas das redes federal e estadual de educação superior, mediante ações espontâneas, de forma a garantir o acesso apenas à graduação, respeitando o limite de gastos públicos com esse segmento.
- b) Ampliar a articulação com as instituições federais no combate ao uso de educação a distância, observando as características regionais das micro e mesorregiões da Paraíba.
- c) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais na universidade pública da rede estadual, mediante estratégias de aproveitamento de créditos e de inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.
- d) Estimular para que, no mínimo, 90% (noventa por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação seja exercido em programas, projetos de extensão universitária ou de pesquisa, orientando estas ações, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
- e) Reduzir a carga horária do curso e a oferta de estágio, por ser este desnecessário à formação na educação.

DIREITO ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS GRUPOS VULNERÁVEIS

21ª QUESTÃO

Um Estado X promulgou uma lei autorizando que os maiores de 16 e menores de 18 anos possam se casar sem que haja qualquer necessidade de autorização dos seus pais ou pedido de emancipação por via judicial ou extrajudicial. Essa lei teve sua iniciativa por meio de vontade popular, em que o povo, de fato, colheu o número de assinaturas exigidas pela Constituição Estadual para tal, e a Assembleia Legislativa aprovou e sancionou a lei, já que o Governador do Estado a vetou, sendo que este veto foi derrubado pelo Legislativo. Insatisfeito com a situação, no dia em que ela foi publicada no Diário Oficial do Estado, o Governador editou uma medida provisória suspendendo os efeitos da nova lei e ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal - STF para vê-la declarada inconstitucional. Assinale a alternativa CORRETA acerca da situação acima.

- a) Em tese, a Lei Estadual não será declarada inconstitucional pelo STF, pois não há qualquer falha formal ou material nesse caso. A lei obedeceu aos trâmites necessários, mesmo sem a sanção e a promulgação pelo Chefe do Executivo, já que a Constituição Estadual, em sintonia com a Constituição Federal, permite que o próprio Legislativo promulgue uma lei, caso o Governador não a faça em quarenta e oito horas, quando o seu veto ao projeto for derrubado pela Assembleia Legislativa.
- b) Em tese, a Lei seria declarada inconstitucional não pela questão formal, já que o seu processo legislativo foi regular, mas pela própria questão material, já que os Estados não podem legislar sobre direito civil, matéria à qual a lei se refere. Sobre a atitude do Governador em suspender os efeitos da lei por meio de medida provisória, não haveria qualquer óbice legal para tal.
- c) Em tese, o Governador fez a atitude mais complicada legalmente, pois ele poderia editar uma Medida Provisória, revogando a lei nova aprovada pelo Poder Legislativo. Com tal procedimento, ele fulminaria a existência daquela lei, alegando ser urgente e relevante retirar do meio jurídico uma norma manifestamente inconstitucional em seu processo legislativo.
- d) Em tese, o Governador vai ter que utilizar da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para poder ver declarada inconstitucional aquela lei estadual, pois é a única ação que permite que leis municipais e estaduais sejam apreciadas, na forma concentrada, pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) Em tese, a Lei Estadual não será declarada inconstitucional pelo STF, pois não houve qualquer falha no processo legislativo para sua feitura. Além disso, os Estados-membros podem legislar sobre direito civil, já que essa matéria é de competência concorrente da União com os Estados e Distrito Federal, devendo aquele primeiro legislar sobre as normas gerais (no caso, o Código Civil) e esses últimos entes federativos suplementem a legislação quando puder, o que foi o caso.

22ª QUESTÃO

Embora a realização de contratos pela Administração Pública exija, em regra, a obediência ao certame licitatório (princípio da obrigatoriedade), o legislador ressaltou as hipóteses em que o gestor pode prescindir da seleção formal prevista neste estatuto. Vale lembrar que essas hipóteses excepcionais encontram fundamento no próprio texto constitucional, uma vez que o inciso XXI do art. 37, da Constituição Federal, ao estabelecer a obrigatoriedade do procedimento de licitação para os contratos feitos pela Administração, já inicia seu texto resguardando “ressalvados os casos especificados na legislação”.

Quando a lei prevê hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) é porque admite que nem sempre a realização do certame levará à melhor contratação pela Administração ou que, pelo menos, a sujeição do negócio ao procedimento formal burocrático previsto pelo estatuto não serve ao eficaz atendimento do interesse público naquela hipótese específica.

(CHARLES, Ronny. Leis de licitações públicas comentadas. 4. ed. Salvador: Jus Podivm, 2011, p. 129).

O relato acima enfoca as situações em que não haverá processo licitatório pela Administração Pública, ocorrência que não pode ser a regra, mas sim ocasião especial e restrita em que haverá sua possibilidade. Sobre o assunto, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Lei Federal nº 8.666/93 não traz uma determinação para que todas as licitações que forem inexigíveis ou dispensáveis sejam devidamente motivadas. Esse entendimento decorre de determinações dispostas em outras leis, como no caso do art. 50, inc. IV da Lei Federal nº 9.784/99, em que se exige a motivação para dispensa e inexigibilidade de licitações no âmbito da União.
- b) Entende-se que a dispensa ou inexigibilidade de licitação é uma excepcionalidade, mas não é necessário que haja uma motivação formal justificando a sua não realização, já que aqueles casos estão justificados na Lei Federal nº 8.666/93.
- c) Compete à lei nacional dispor sobre os casos de inexigibilidade de licitação. Mas é possível, por exemplo, que um município ou Estado-membro promulgue uma lei trazendo novas hipóteses diferentes das que estão previstas em âmbito nacional. Além disso, nos casos de dispensa de licitação, haveria a possibilidade de fazer tal procedimento, pois o instituto significa apenas que há uma faculdade de escolha da Administração em licitar.
- d) Uma das situações em que se permite a dispensa é quando ocorre a chamada “licitação deserta”, ou seja, foi convocada uma primeira licitação e não apareceu nenhum interessado em participar. Nesse caso, a Administração motivadamente demonstra existir prejuízo na realização de um novo processo licitatório, podendo alterar as condições previstas no primeiro edital, não existindo limite de valor no contrato em que houve licitação deserta.
- e) Uma das situações dispostas como sendo dispensada a licitação é a contratação de profissional de setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; bem como a contratação direta de carros-pipa para fazer o abastecimento de localidades cuja população esteja sendo atingida pelos efeitos da estiagem.

23ª QUESTÃO

Sobre a organização da Administração Pública, seus órgãos e entidades, atente às assertivas abaixo e em seguida responda ao que se pede.

- I- Os órgãos administrativos podem ser vistos como sendo unidades integrantes da estrutura de uma mesma pessoa jurídica, dotadas de competências próprias, sendo exercidas pelos agentes públicos que lá desempenham suas funções. São despersonalizados, frutos de uma técnica de organização denominada “descentralização”.
- II- As empresas estatais integram a Administração Indireta de um ente federativo, sendo dotadas de personalidade jurídica de direito privado, constituídas para explorar certa atividade econômica ou prestar determinado serviço público; devem, necessariamente, ter a autorização de sua criação mediante lei.
- III- As autarquias são entidades com personalidade jurídica de direito público, criadas para desempenhar um serviço público de forma descentralizada. Têm autorização para a sua criação mediante lei, dotadas de autoadministração e são vinculadas à Administração Direta.
- IV- A Administração Pública pode criar as Fundações Públicas, que podem ser constituídas sob o regime de direito público ou privado. Em regra, desempenham atividades de interesse social. Independente da forma de sua constituição, elas não possuem fins lucrativos e são criadas mediante lei específica.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I, II e IV.
- b) II.
- c) III.
- d) III e IV.
- e) I, II e III.

24ª QUESTÃO

Atente à situação abaixo e em seguida responda ao que se pede.

Em 26 de junho do corrente ano foi promulgada a Lei Federal nº 13.460, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da administração pública. Por meio dessa lei, a população que utiliza daqueles serviços terá, em tese, maior agilidade e transparência na sua prestação, dotando os usuários de uma gama de instrumentos para exigir da administração pública a melhoria na qualidade das suas ações. Com base nessa lei, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Por estar diretamente voltada para a regulamentação dos direitos do usuário dos serviços públicos, a referida lei afasta a tese de que se poderia utilizar o Código de Defesa do Consumidor para regulamentar os direitos do usuário/consumidor lesados pela administração pública, quando de uma relação de consumo. Com isso, o texto da Lei nº 13.460/17 exclui essa possibilidade, afirmando a aplicação exclusiva de suas normas quanto à matéria consumerista nos serviços públicos.
- b) Já que se trata de uma lei promulgada pela União, só terá efeitos para regulamentar os direitos dos usuários em relação aos serviços prestados por aquele ente, não sendo atingidos pelas suas normas os Estados-membros, o Distrito Federal e Municípios.
- c) Suas normas têm efeitos apenas aos serviços públicos prestados diretamente pela Administração Pública, não tendo qualquer aplicabilidade sobre os serviços delegados a particular por concessão ou permissão, já que possuem disposições específicas em outras leis.
- d) Uma novidade trazida pela lei é a denominada “Carta de Serviços aos Usuários”. Trata-se de um conjunto de informações sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade da administração responsável pelo serviço, explicando as formas de acesso a ele, os compromissos do prestador e padrões de qualidade, com atualização periódica e divulgada na internet e, anualmente, em propagandas de rádio e televisão.
- e) A referida lei consagra que os usuários dos serviços públicos têm presunção de boa-fé. Isso pode dar a entender que os usuários, quando de uma reclamação sobre um serviço, têm suas argumentações como verdadeiras, devendo a Administração Pública agir na investigação e resolução daqueles fatos, já que deve considerar como existente a deficiência na prestação do serviço alegada pelo reclamante.

25ª QUESTÃO

Atente à informação abaixo e em seguida responda ao que se pede.

A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu texto um conjunto de disposições dedicadas a tratar sobre as regras e princípios mais estruturantes acerca dos servidores públicos. Essas normas são vinculantes para toda e qualquer esfera da Administração Pública, e devem ser obedecidas pelos órgãos e entidades públicas quando da instalação de qualquer quadro de servidores, dentro dos mais variados regimes jurídicos possíveis em nossa legislação. Garante-se, com isso, direitos e mandamentos mínimos a quaisquer servidores que estejam inseridos dentro do respectivo regime legal. Com base nessas informações, aponte a alternativa CORRETA acerca dessas proposições constitucionais inerentes aos servidores públicos.

- a) É garantido ao servidor público titular de cargo efetivo dos entes federativos e de suas respectivas autarquias e demais entidades com personalidade jurídica de direito público um regime de previdência de caráter contributivo e solidário, com contribuições do respectivo ente público, do próprio servidor da ativa, dos aposentados e pensionistas, observando critérios que mantenham o equilíbrio financeiro e atuarial.
- b) É garantido ao servidor público o direito à associação sindical e o de greve, sendo que este último deve ser exercido conforme dispõe lei infraconstitucional regulamentadora. A Lei Maior também determina que essa lei que disciplinará os limites do direito de greve deve ser uma Lei Complementar, sendo vedado aos Estados e Municípios disciplinar tal matéria em relação aos seus servidores sem que antes haja o pronunciamento legislativo da União.
- c) É possível que haja a contratação de servidores públicos na forma temporária, desde que seja motivada pela necessidade temporária de excepcional interesse público. Ou seja, o prazo dessa contratação será determinado e nas situações em que seja necessário o suprimento de pessoal perante contingências que desgarrem da normalidade das situações. Apesar da urgência da contratação de pessoal, é obrigatório que se realize um concurso público para selecionar os mais habilitados e manter o princípio administrativo da impessoalidade incólume.
- d) A regra é que um servidor público não possa ter outro vínculo remunerado com a Administração Pública. Porém, há algumas exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal a esse mandamento, como a do agente possuir dois cargos de professor, quando houver compatibilidade de horários. Porém, essa possibilidade não será possível quando um servidor público for agente administrativo de uma repartição pública com carga horária de 40 horas semanais, e queira ter outro emprego de professor na iniciativa privada.
- e) A proteção constitucional ao servidor público tem caráter restritivo, sendo vedado à Administração compor novos direitos que aumentem a proteção e as vantagens daquela categoria, salvo daqueles direitos que já estão dispostos no texto da Lei Maior.

26ª QUESTÃO

A Constituição Federal de 1988 preconiza como direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,

- a) a tutela ao salário na forma da lei, vedando-se descontos, retenções e reduções.
- b) a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- c) a remuneração do trabalho noturno em idêntico patamar com relação aos trabalhadores que laboram em turnos ininterruptos de revezamento.
- d) a irredutibilidade salarial, excetuando-se o disposto em instrumento normativo negociado entre empregado e empregador.
- e) o seguro-desemprego como mecanismo para suprir as necessidades vitais do trabalhador por ocasião do desemprego voluntário ou involuntário.

27ª QUESTÃO

Sobre as Emendas Constitucionais e o seu processo de elaboração é CORRETO afirmarmos que

- a) emenda constitucional não pode modificar a organização de poderes constante da constituição, ainda que o faça sem abolir ou sem ser tendente a abolir a separação dos poderes.
- b) a proposta de emenda constitucional, ainda em tramitação parlamentar, poderá ser impugnada por meio de mandado de segurança sob o argumento de vulneração às cláusulas pétreas.
- c) emenda constitucional pode autorizar a criação de cargos, empregos e funções pelos órgãos dos poderes constitucionalmente organizados.
- d) emenda constitucional pode modificar a forma federativa de Estado e os princípios regentes da República.
- e) emenda constitucional pode, excepcionalmente, abolir o direito de propriedade.

28ª QUESTÃO

Com relação à Lei nº 12.288/10 (Estatuto da Igualdade Racial), atente às assertivas abaixo e em seguida responda ao que se pede.

- I- Discriminação racial ou étnico-racial compreende-se como toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.
- II- A centralização para a implementação das ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais constitui um dos objetivos do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
- III- Como população negra deve-se compreender o conjunto de pessoas que adotam autodefinição preta ou parda para efeitos de fruição dos programas sociais estatuídos pela administração direta.

Está CORRETO o que se afirma

- a) apenas na afirmativa III.
- b) em todas as afirmativas.
- c) apenas nas afirmativas I e III.
- d) apenas na afirmativa I.
- e) apenas na afirmativa II.

29ª QUESTÃO

Sobre o sistema de direitos fundamentais contemplado em nossa Constituição Federal de 1988 julgue as seguintes assertivas e em seguida responda ao que se pede.

- I- plasma em seu bojo como indiscutível fórmulas imutáveis, insubstituíveis e taxativas de tutela aos direitos individuais e coletivos, caracterizando-se como proteção fundamental à igualdade.
- II- podem tanto a lei ordinária ou a emenda constitucional suprimir algum direito fundamental, desde que por maioria absoluta dos votos dos membros de cada uma das casas do Congresso Nacional.
- III- é materialmente aberto, podendo ser explicitados direitos fundamentais decorrentes do regime e dos princípios constitucionais, além de haver a possibilidade de virem a existir novos direitos fundamentais introduzidos na ordem jurídica brasileira por tratados internacionais de direitos humanos.

Está CORRETO o que se afirma apenas

- a) nas alternativas II e III.
- b) na alternativa I.
- c) na alternativa III.
- d) nas alternativas I e II.
- e) nas alternativas I e III.

30ª QUESTÃO

Com relação ao Estatuto dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba (Lei Complementar nº 58/03 e suas alterações), assinale a assertiva CORRETA:

- a) O servidor que durante o processo de readaptação for julgado incapaz para o serviço público será aposentado.
- b) Extinto o cargo ou sendo declarada a sua desnecessidade, o servidor estável será posto em disponibilidade com a percepção integral da sua remuneração até a sua reversão ao cargo efetivo anteriormente ocupado.
- c) A reinserção constitui a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação física sofrida e devidamente atestada após inspeção da chefia imediata.
- d) A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á exclusivamente a pedido do próprio servidor.
- e) Ademais dos requisitos básicos para a investidura em cargo público, as atribuições e a natureza do cargo podem justificar o estabelecimento de requisitos específicos estabelecidos por ato discricionário revestido de conveniência e oportunidade por parte do agente público hierarquicamente superior.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31ª QUESTÃO

Observe a lição abaixo e em seguida responda:

“O quadro funcional é o verdadeiro espelho do quantitativo de servidores públicos da Administração. Se houvesse efetiva organização funcional, o quadro seria o elemento pelo qual o órgão ou pessoa poderiam nortear-se para inúmeros fins, como a eliminação dos excessos, o remanejamento de servidores, o recrutamento de outros, a adequação remuneratória etc., pois que nele se teria o real aspecto das carências e demasias observadas nos setores administrativos. Lamentavelmente, porém, reina o caos nesse controle funcional e frequentemente se tem tido conhecimento do malogro das Administrações em identificar os componentes de seu quadro.” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 30. Ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 641).

O quadro funcional da administração pública faz gerar despesas à máquina administrativa para que ela possa desempenhar regularmente suas funções. Infelizmente, o relato feito pelo autor é verificado em parte dos entes e órgãos públicos em nosso país. Quando esse quadro fica desorganizado, a despesa pública fica ainda mais onerosa, em função do desperdício gerado por essa desorganização. Há, ainda, um descontrole administrativo no que se refere à organização desse quadro funcional, já que alguns gestores inflam a folha de pagamentos dos servidores, causando prejuízos consideráveis à regular gestão fiscal.

Desta feita, tendo essas informações, com base no Direito Financeiro e no seu ordenamento, assinale a alternativa CORRETA relativa à despesa pública realizada com quadro funcional da Administração Pública.

- a) Para fins classificatórios da despesa pública, os gastos com o quadro funcional são despesas orçamentárias, aquelas autorizadas por meio de previsão orçamentária ou créditos adicionais, classificadas como de natureza discricionária, geradas a partir da disponibilidade de recursos.
- b) São despesas que são consideradas extra orçamentárias, já que possuem característica da transitoriedade, pois são pagas mensalmente aos servidores, sendo classificadas como de natureza obrigatória, já que o Poder Público não tem discricionariedade em suspendê-las.
- c) A Lei de Responsabilidade fiscal estipula limites globais para a despesa total com pessoal para os entes da Federação. Esta lei trouxe um maior controle para as contas públicas, em especial, os gastos com o quadro funcional. Porém, deve-se ressaltar que a ideia de ter uma lei dessa natureza é originária do legislador infraconstitucional, já que a Constituição Federal não fez qualquer determinação nesse sentido, no capítulo que trata das Finanças Públicas.
- d) As despesas realizadas com gasto de pessoal são classificadas, segundo a categoria econômica, como sendo uma despesa corrente, ou seja, aquelas com manutenção da atividade do órgão ou entidade pública, não contribuindo para a aquisição de um bem de capital.
- e) As despesas com o quadro de pessoal são classificadas como despesa de capital, já que são destinadas à manutenção dos serviços da Administração Pública. Ou seja, são dotações para o custeio da máquina pública, sendo, por isso, de natureza orçamentária.

32ª QUESTÃO

Ticiano Merivaldo é servidor público estadual exercendo o cargo de professor efetivo do curso de direito da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Além disso, é Procurador da Fazenda Nacional, mister esse que desempenha em acumulação lícita com o seu outro cargo na UEPB. Para complementar sua renda, também trabalha como professor de uma faculdade privada. Sabendo que Ticiano Merivaldo ingressou no serviço público anteriormente à promulgação da Emenda Constitucional n. 41/03, assinale a alternativa CORRETA acerca dos regimes previdenciários nos quais ele se enquadra:

- a) Ticiano Merivaldo contribui para dois regimes previdenciários diferentes em função dos seus cargos: para o Regime Próprio dos Servidores Públicos, em relação do cargo de professor da UEPB e procurador federal, sendo que o ente federativo ao qual ele será vinculado será o federal, já que a legislação determina que o INSS tenha a primazia da administração dos regimes, caso haja o exercício de dois cargos públicos cumulativamente; e, para o Regime Geral da Previdência Social, em função do emprego exercido na rede privada. Isso, em tese, pela legislação atual, possibilitará que no futuro, ele possa ter duas aposentadorias, um em cada regime.
- b) Ticiano Merivaldo contribui para dois regimes previdenciários diferentes em função dos seus cargos: para o Regime Próprio dos Servidores Públicos, em relação ao cargo de professor da UEPB e procurador federal, sendo que o ente federativo ao qual ele será vinculado será o estadual, pois ele ingressou no serviço público primeiro como professor; e, para o Regime Geral da Previdência Social, em função do emprego exercido na rede privada. Isso, em tese, pela legislação atual, possibilitará que no futuro, ele tenha duas aposentadorias, um em cada regime.
- c) Ticiano Merivaldo contribui para três regimes previdenciários diferentes em função dos seus cargos: para o Regime Próprio dos Servidores Estaduais, em relação ao cargo de professor da UEPB; para o Regime Próprio dos Servidores Federais, em razão do cargo de procurador; e, para o Regime Geral da Previdência Social, em função do emprego exercido na rede privada. Dessa forma, em tese, pela legislação atual, será possível que no futuro, o agente venha a ter três aposentadorias, um em cada regime.
- d) Ticiano Merivaldo contribui para três regimes previdenciários diferentes, em função dos cargos que ocupa. Ocorre que nesse caso, ele só terá direito, em tese, pela legislação atual, a duas aposentadorias: uma paga pelo regime previdenciário do Estado da Paraíba, e a outra, pelo âmbito federal, já que o Regime Geral da Previdência Social, é vinculado à União.
- e) Ticiano Merivaldo, pela legislação atual, contribui pelo exercício dos seus três trabalhos para um único regime de previdência. Mas nesse caso, o valor de suas três fontes de renda serão somados para o pagamento de uma única aposentadoria, cuja renda mensal será única, só tendo que obedecer o “teto de remuneração dos servidores públicos”, disposto na Constituição Federal.

33ª QUESTÃO

Atente à situação hipotética abaixo e em seguida responda ao que se pede:

Determinada empresa estatal foi criada pela União para explorar determinada atividade econômica. A sua instituição foi motivada pelo relevante interesse coletivo, conforme dispõe o art. 173 da Constituição Federal. Essa atividade econômica já está sendo explorada pela iniciativa privada. Assim, a empresa estatal fará concorrência com outras empresas em seu mister. Sabendo que essa entidade é constituída como empresa pública, assinale a alternativa que melhor se relaciona com a lei e a jurisprudência do STF em relação à Intervenção do Estado no Domínio Econômico:

- a) Não há dúvidas de que a instituição dessa empresa pública simboliza uma intervenção indireta do Estado na economia, sendo que necessariamente, por possuir concorrentes privados, essa empresa estatal não poderá ter tratamento diferenciado fiscal.
- b) A empresa estatal não terá qualquer privilégio fiscal, a não ser que seja também conferido às suas concorrentes privadas. Além disso, não terá qualquer vantagem processual quando for litigante judicial, e seus funcionários serão contratados pelo regime celetista.
- c) Por ser uma empresa pública, ou seja, com seu capital sendo integralmente pertencente ao um ente federativo, no caso, a União, é possível que tributariamente ele seja equiparada a uma autarquia e seja concedido a imunidade dos impostos, conforme já prescreveu o Supremo Tribunal Federal, em um caso concreto.
- d) A criação dessa empresa pela União é inconstitucional, pois, segundo a Constituição Federal, para que seja permitida a instituição de uma empresa pública para atuar no domínio econômico necessário que haja motivação exclusivamente baseada na segurança nacional, como ocorre, por exemplo, com a PETROBRAS S/A.
- e) Por ser concorrente das empresas privadas na mesma área econômica, essa empresa estatal deve ter seus empregados contratados conforme o regime celetista, o que não ocorreria se a empresa pública explorasse a atividade através de monopólio estatal. Mas, mesmo sendo regido pela CLT, por expressa determinação constitucional, para exercer um cargo não comissionado naquela entidade, o agente terá que ser aprovado em concurso público.

34ª QUESTÃO

Atente à situação hipotética abaixo e em seguida responda ao que se pede:

Marciano Netunês é servidor público federal e ingressou com uma ação de cobrança para reaver valores não pagos pela União à sua pessoa, cujo total não ultrapassava R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Ao final do processo em 1ª Instância, a Justiça Federal julgou procedente o pleito do autor, condenando a ré ao pagamento integral da quantia. Inconformada, a União recorreu da decisão por meio de um “Recurso Inominado”, sendo este DESPROVIDO, à unanimidade, pela Instância recursal, sendo que esta, em seu acórdão, agora condena a União a pagar ao advogado de Marciano Netunês, a título de honorários sucumbenciais, o valor de 10% (dez por cento) da condenação. A União, através de sua advocacia, ingressa com um Recurso Especial para que a decisão seja apreciada pelo STJ. Em suas contrarrazões ao recurso, o advogado de Marciano Netunês refuta todos os argumentos da recorrente e, além disso, requer a elevação dos seus honorários advocatícios. Com base nessas informações, com o que prescreve a legislação processual vigente e a jurisprudência predominante dos Tribunais Superiores sobre o caso, assinale, dentre as hipóteses abaixo mencionadas, a alternativa CORRETA que se refira à questão suscitada.

- a) O recurso especial não será conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça, pois ainda cabe recurso para o Pleno do Tribunal Regional Federal respectivo. Só após esgotadas todas as instâncias nesse Tribunal, poderia ser impetrado o Recurso Especial ao STJ. No caso, o pedido de aumento dos honorários pode ser determinado pelo STJ, mesmo não conhecendo do recurso, segundo jurisprudência recente do STF.
- b) O recurso especial será conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça, já que ele é responsável por apreciar os recursos dos processos julgados pelos Tribunais Regionais Federais, como é o caso em tela. Em relação aos honorários do advogado, eles não seriam elevados, pois mesmo que o STJ não desse provimento ao Recurso Especial, seria vedado conceder tal elevação em sede de contrarrazões recursais. Deveriam ser requeridos por Recurso específico.
- c) O recurso especial será conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça e será provido já que as decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, onde tramitou esse processo, são julgadas por aquele Tribunal Superior, em um órgão denominado Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, formado pelos Ministros do STJ que ingressaram recentemente nos seus quadros. Os honorários não poderão ser elevados nesse caso.
- d) O recurso especial será conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça, já que nesse caso há precedentes do próprio STJ afirmando que ele pode conhecer desse recurso, mesmo que oriundo dos Juizados Especiais Federais, se a matéria versada no debate for de pacífica resolução, como é o caso aqui. Em relação aos honorários do advogado, eles poderão ser elevados, mesmo através de pedido em contrarrazões, se o recurso especial for desprovido.
- e) O recurso especial não será conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça, pois, em sede de processo no Juizado Especial Federal, como é o caso aqui, o recurso cabível ao caso seria o Recurso Extraordinário, para julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, se houvesse ferimento a Constituição pelo acórdão. No caso, o pedido de aumento dos honorários pode ser determinado pelo STJ, mesmo não conhecendo do recurso, segundo jurisprudência recente do STF.

35ª QUESTÃO

Observe as assertivas abaixo, que tratam do Direito Previdenciário tanto na sua parte de custeio, quanto em relação aos benefícios prestados pelo Regime Geral da Previdência Social – RGPS. Em seguida responda o que se pede.

- I- Segundo a Constituição Federal, o custeio da seguridade social será de toda a sociedade, incluindo a contribuição do Estado, dos trabalhadores, das empresas, dos concursos de prognósticos e dos importadores de bens e serviços do exterior. Além dessas fontes de financiamento, outras poderão ser criadas, desde que haja lei ordinária dispendo sobre sua criação.
- II- O salário-de-contribuição é a base de cálculo utilizada para verificar a contribuição que um trabalhador irá pagar mensalmente para o custeio do regime do RGPS. O salário-de-contribuição tem um teto para o trabalhador, e em relação a ele, não incide algumas parcelas remuneratórias pagas ao empregado, como as diárias recebidas pelo mesmo cujo valor não exceda a 50% (cinquenta por cento) do seu salário; e o recebimento de suas férias não gozadas no período correto.
- III- O benefício do salário maternidade garante para a segurada do RGPS ou ao seu segurado, em determinadas situações, que tiveram filhos ou adotaram um menor de 18 anos, o valor de seus vencimentos pelo período de até 120 (cento e vinte) dias, em qualquer hipótese.
- IV- A aposentadoria especial é concedida para o trabalhador que desenvolve ininterruptamente suas atividades exposto a agentes que ponham em risco a sua saúde física ou mental, podendo se aposentar com 15, 20 ou 25 anos a depender do grau de nocividade daquela atividade.

São CORRETAS:

- a) II apenas
- b) II e IV apenas
- c) I e II apenas
- d) III e IV apenas
- e) I, III e IV apenas

36ª QUESTÃO

Interpretando as lições do Professor Francisco Leite Duarte, considera-se Sistema Tributário Nacional o complexo de normas jurídicas (princípios, postulados e regras) disciplinadoras do tributo e das relações estabelecidas entre os sujeitos da obrigação tributária, sendo fundamentados na Constituição. Um toque diferenciador do modelo existente no país em relação a outros, é sua exaustividade, já que a nossa Lei Maior normatiza a matéria de forma bem detalhada; e a sua rigidez, já que a Lei Maior estabelece rigorosa divisão de competência tributária entre as entidades políticas da Federação, sendo necessário um procedimento especial para alterar essa distribuição constitucional. (DUARTE, Francisco Leite. **Direito Tributário: Teoria e Prática**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2015, pp. 210-211). Assim, sobre o Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada, apenas, a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público. Ou seja, nenhum outro tributo é ou será exceção ao princípio da liberdade de tráfego.
- b) É possível que os Municípios, mediante medida provisória municipal, instituem a contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP, com o intuito de financiar aquele serviço público específico e divisível, podendo sua cobrança vir na própria conta de energia elétrica do contribuinte.
- c) Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição social, na forma das respectivas leis ordinárias, para o custeio do regime próprio de previdência dos seus servidores públicos, sendo que tal prerrogativa não é inerente aos Estados-membros, já que os servidores públicos desse último ente, por expressa determinação constitucional, devem criar sua contribuição social por meio de Lei Complementar estadual.
- d) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
- e) Para regular as limitações ao poder de tributar é necessário que haja uma Lei Complementar de caráter nacional tratando do assunto. Além disso, cabe, obrigatoriamente, à Lei Complementar dispor sobre os conflitos de competência entre os entes federativos, bem como em relação aos impostos discriminados no texto constitucional, seus respectivos fatos geradores, base de cálculo, alíquotas e os respectivos contribuintes.

37ª QUESTÃO

Observe os ensinamentos abaixo e em seguida responda o que se pede.

“Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 as normas de proteção ambiental são alçadas à categoria de normas constitucionais com a elaboração de capítulo especialmente dedicado à proteção do meio ambiente, tema que permeia todo o texto constitucional. A constitucionalização do meio ambiente no Brasil proporcionou um verdadeiro salto qualitativo em relação às normas de proteção ambiental. Os grandes princípios ambientais são içados ao patamar constitucional, assumindo um posto eminente, ao lado das grandes liberdades públicas e dos direitos fundamentais. A Carta Magna de 1988 inova, portanto, em relação às Constituições anteriores, que apenas abordavam os recursos naturais sob o enfoque utilitarista, e nunca protecionista.”

(SILVA, ROMEU FARIA THOMÉ. Manual de Direito Ambiental. Salvador: JUSPODIVM, 2015).

Considerando-se os múltiplos aspectos que balizam o conceito de meio ambiente, nos moldes preconizados na Constituição Federal de 1988, nas legislações de tutela ambiental e nos apontamentos doutrinários que disciplinam o assunto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Ao fixar as diretrizes regentes da tutela ambiental, a Constituição Federal de 1988 dispõe que a proteção do meio ambiente, nele compreendido o meio ambiente do trabalho, constitui uma das competências do Sistema Único de Saúde.
- b) Em razão do tratamento dispensado ao meio ambiente pelo texto constitucional, depreende-se que é exigido dos cidadãos, predominantemente, um *non facere* em relação ao meio ambiente.
- c) O meio ambiente é um bem público, classificado pela Constituição Federal de 1988 como bem de uso comum do povo. Em razão de tal ordem classificatória, torna-se inadmissível que o seu uso seja oneroso ou mediante à imposição de qualquer contraprestação pecuniária.
- d) A definição normativa de recursos ambientais compreende a fauna e a flora, as águas superficiais e subterrâneas, mas não se inclui o mar territorial e elementos que constituem a biosfera.
- e) Todos os entes federativos permanecem obrigados à proteção do patrimônio artístico, cultural, documental, das obras e outros bens de valor histórico; no entanto, a competência para legislar sobre estes temas pertence, privativamente, à União.

38ª QUESTÃO

Atente à doutrina abaixo e em seguida responda o que se pede.

“Historicamente, o tratamento jurídico dedicado ao corpo humano sofreu influências religiosas, chegando a se compreender o corpo humano como uma dádiva divina, impossibilitando qualquer intervenção pelo próprio titular. Por evidente, na contemporaneidade, a autonomia privada (liberdade do titular) alterou essa compreensão, admitindo-se um verdadeiro direito ao corpo humano. O Código Civil dedicou proteção ao aspecto físico da personalidade nos arts. 13 a 15.”

(FARIAS, Cristiano Chaves; FARIAS, Nelson Rosendal. Curso de direito civil: parte geral e LINDB, volume 1. São Paulo: Atlas, 2015.)

Com relação aos mecanismos de tutela expostos em nosso ordenamento civil e baseando-se nos ensinamentos doutrinários e nas decisões recentes dos tribunais superiores sobre a temática supra, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O direito à integridade física concerne à proteção jurídica do corpo humano, isto é, à sua incolumidade corporal, incluída a tutela do corpo vivo e do corpo morto.
- b) Permite-se o ato de disposição do próprio corpo apenas nas hipóteses em que não resulte em diminuição temporária ou permanente da integridade física do indivíduo.
- c) Admite-se o ato de disposição de partes do corpo humano, vivo ou morto, a título gratuito ou oneroso, desde que não resulte em prejuízos ao titular, considerando-se a existência de uma finalidade terapêutica como determinante para o ato.
- d) O art. 13 do Código Civil brasileiro veda a realização do ato cirúrgico de transgenitalização, posto que tal procedimento violenta a garantia da dignidade da pessoa humana, constitucionalmente assegurada.
- e) A pessoa humana pode ser objeto de experimentações científicas desde que nas hipóteses de experiências com finalidade terapêutica, independentemente da existência de consentimento informado, nas situações expostas na legislação civil pátria, em decorrência do princípio da solidariedade.

39ª QUESTÃO

“A fixação da jornada de trabalho revela-se de suma importância por vários aspectos. Em primeiro lugar, por meio dela pode ser aferido o salário do obreiro, quando sua remuneração é fixada levando-se em conta o tempo trabalhado ou à disposição do empregador (CLT, art. 4.º). Em segundo Lugar, a fixação da jornada é essencial para preservar a saúde do trabalhador, pois o Labor excessivo é apontado pelas pesquisas como gerador de doenças profissionais e de acidentes de trabalho.”

(SARAIVA, Renato; SOUTO, Rafael Tonassi. Direito do Trabalho. Salvador: JUSPODIVM, 2016.)

Com base no entendimento supra, no disposto em nossa legislação trabalhista e nos entendimentos jurisprudenciais e doutrinários consolidados em solo pátrio para tratar dos temas atinentes à jornada de trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular, assim como a mera insuficiência de transporte público regular, constituem circunstâncias que geram o direito às horas *in itinere*.
- b) A situação dos trabalhadores que realizam atividade externa incompatível com a fixação de jornada deve ser anotada na CTPS e no livro ou ficha de registro de empregados. Desta forma, o simples fato de realizar serviço externo significa dizer que o empregado não possui horário de trabalho, encontrando-se, portanto, excluído do regime de tutela à jornada de trabalho.
- c) A legislação consolidada preconiza que para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, poderão ser fixados, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração.
- d) A adoção do regime de trabalho em tempo parcial para os empregados já contratados sob o regime de tempo integral somente poderá ocorrer mediante pacto individual bilateral com o empregador contratante, respeitando-se, pois, a autonomia da vontade do trabalhador.
- e) A CLT fixa um intervalo interjornada de, no mínimo, 12 horas consecutivas para descanso do trabalhador.

40ª QUESTÃO

Nos moldes preconizados pelo Código Civil vigente (Lei nº 10.406/2002) averbar-se-á em registro público:

- a) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
- b) a declaração de comoriência.
- c) o nascimento, casamento e óbito.
- d) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- e) o ato judicial ou extrajudicial que declarar ou reconhecer a filiação.

FOLHA PADRÃO PARA A REDAÇÃO TÉCNICA



01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

